



ARTIGO DE REVISÃO

Desconstruindo o papel assistencialista do psicólogo no CRAS

Deconstructing the welfare-oriented role of the psychologist in the CRAS

Desconstruyendo el rol asistencial del psicólogo en CRAS

Maria Rita de Cássia Duarte da Silva¹, Layza Nycholle de Souza Coura¹, Francisca Elidivania Farias^{1,2}

& Larissa de Araújo Batista Suárez^{1,3}

¹Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

²Centro Universitário de Patos - UNIFIP

³Universidade Estadual Paraíba – UEPB

Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

Resumo: Através dos anos a atuação do psicólogo nas áreas de promoção da saúde e do bem estar social se tornou indispensável, por isso, cada dia mais são abertos debates acerca do melhor modelo de atuação a ser implementado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com isso, o estudo objetiva abordar a prática de atuação assistencialista herdada historicamente e culturalmente pelos profissionais da área comunitária, que ainda hoje se faz presente em muitos centros de atendimento especializado, prejudicando a atuação dos profissionais da psicologia e dificultando o desenvolvimento da autonomia e bem-estar dos usuários desse serviço. Ademais, a pesquisa foi realizada através dos três modelos de pesquisa: método exploratório, documental e de revisão bibliográfica, utilizando como principais fontes de pesquisa a cartilha do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP e as resoluções do Conselho Federal de Psicologia – CFP, além de matérias da Biblioteca Eletrônica Científica Online, da Biblioteca Virtual da Saúde e livros da Biblioteca Universitária da Faculdade São Francisco da Paraíba, estes serviram de base para desmistificar a prática do psicólogo no CRAS, tal qual, dar luz a um problema invisível para muitos profissionais da psicologia.

Palavras-Chave: Psicologia. Atuação do psicólogo. Assistencialismo. CRAS. Desafios.

Abstract: Throughout the years, the role of psychologists in promoting health and social well-being has become indispensable. Consequently, there are increasing debates about the best model of operation to be implemented in the Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). The study aims to address the historically and culturally inherited assistentialist practice among professionals in the community field, still present in many specialized care centers. This practice undermines the work of psychologists and hampers the development of autonomy and well-being among service users. Moreover, the research encompassed three research models: exploratory, documentary, and bibliographic review, utilizing key sources such as the handbook from the Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) and resolutions from the Conselho Federal de Psicologia (CFP). Additionally, materials from the Online Scientific Electronic Library, the Virtual Health Library, and books from the University Library of Faculdade São Francisco da Paraíba served as a foundation to demystify the psychologist's practice within the CRAS, shedding light on an issue often unseen by many psychology professionals.

Keywords: Psychology. Psychologist's role. CRAS. Welfare.

Resumen: A lo largo de los años, el rol del psicólogo en la promoción de la salud y el bienestar social se ha vuelto indispensable. Como resultado, cada vez se abren más debates sobre el mejor modelo de actuación a implementar en los Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). El estudio tiene como objetivo abordar la práctica asistencialista heredada histórica y culturalmente por parte de los profesionales del ámbito comunitario, la cual aún está presente en muchos centros de atención especializada, perjudicando la labor de los psicólogos y obstaculizando el desarrollo de la autonomía y el bienestar de los usuarios de este servicio. Además, la investigación se llevó a cabo utilizando tres modelos de investigación: exploratorio, documental y de revisión bibliográfica, utilizando como fuentes principales la guía del



Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) y las resoluciones del Conselho Federal de Psicologia (CFP), así como materiales de la Biblioteca Electrónica Científica Online, la Biblioteca Virtual de la Salud y libros de la Biblioteca Universitaria de la Facultad São Francisco da Paraíba. Estos sirvieron como base para desmitificar la práctica del psicólogo en el CRAS, arrojando luz sobre un problema invisible para muchos profesionales de la psicología.

Palabras clave: Psicología. El papel del psicólogo. Asistencialismo. CRAS. Desafíos.

INTRODUÇÃO

A importância da atuação do psicólogo nos Centros de Referências de Assistência Social-CRAS na atualidade é inegável, entretanto, não é segredo que, ainda existem barreiras que limitam o poder de atuação destes profissionais, como a alta demanda, a falta de recursos financeiros, a falta de conhecimento populacional acerca dos serviços psicológicos, além da dualidade a respeito de como esse trabalho deve ser realizado. Com isso, o presente trabalho busca dialogar sobre os deveres do profissional da psicologia e desmistificar a atuação assistencialista, presentes em muitos Centros destinados a assistir à população mais carente.

De acordo com Yamamoto (2007 *apud* Silva, 2011), inserir o psicólogo no CRAS, foi o primeiro passo para transformar a atuação do psicólogo, o afastando de um olhar clínico para uma visão social e comunitária. Isso, contribuiu para que a psicologia se tornasse uma área de interesse das Políticas Públicas, tendo investida a promoção de saúde e bem-estar e a possibilidade de atuação no campo social e de saúde, além da possível criação de vínculo, acolhimento e promoção de informação e autonomia do indivíduo.

Ao lembrar as origens sócio culturais brasileiras desde o ano de 1500 é possível chegar à conclusão de que muitos profissionais tomaram para si uma conduta assistencialista, iniciando essa prática com os jesuítas que tinham como missão catequizar e cuidar dos indígenas que resistiram a invasão de Portugal, e permanecendo até os dias de hoje, nos profissionais que trabalham com as populações mais vulneráveis como, por exemplo, psicólogos, professores, enfermeiros e assistentes sociais, que muitas vezes por falta de conhecimento ou desvalorização profissional, acabam tomando para si responsabilidades maiores do que os cargos que ocupam. Sendo assim, faz-se necessária a reflexão sobre a atuação do psicólogo no CRAS, tal qual, a necessidade de política públicas que assegurem a profissão.



METODOLOGIA

Para obter respostas acerca da discussão apresentada neste trabalho, foi realizado a escolha de três métodos de pesquisa: o método de pesquisa exploratório, que segundo Gil (2019), seria o primeiro passo de uma pesquisa, pois, permite o esclarecimento, o desenvolvimento e a modificação de conceitos prévios ou mal infundados de um assunto pouco discutido ou pesquisado, no qual, utiliza-se de materiais bibliográficos, resultando em um problema mais esclarecido, passível de uma investigação mais centrada e sistematizada do assunto de pesquisa.

Em seguida, foi utilizado a pesquisa documental, que engloba todos os materiais de fonte primárias, tais quais, órgãos governamentais, relatórios ou jornais. Em específico, foi utilizado como fontes primárias a cartilha do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP e as resoluções do Conselho Federal de Psicologia - CFP. Aliado aos dois métodos de pesquisa anteriores, temos a metodologia de revisão bibliográfica, cuja finalidade é apresentar ao escritor todos os materiais disponíveis sobre o tema de pesquisa e assim permitir que ele faça paralelo entre as pesquisas, definindo assim a melhor direção para a pesquisa (Lakatos; Marconi, 2022).

Além dos materiais citados anteriormente, foram utilizados como instrumentos de pesquisa artigos da Biblioteca Eletrônica Científica Online, da Biblioteca Virtual da Saúde e livros da Biblioteca Universitária da Faculdade São Francisco da Paraíba. Os dados coletados fizeram a pesquisa ter caráter qualitativa, visando analisar as dificuldades encontradas pelos psicólogos que trabalham no CRAS ao se deparar com a prática de atendimento assistencialista muitas vezes impostas pela sociedade e até mesmo pela formação deste profissional. Essa combinação de métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa proporcionou base para o presente resumo, além da análise dos resultados obtidos durante a pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Antes de entender a atuação do psicólogo no CRAS, é necessário compreender o contexto histórico social, em que se desenvolveu a psicologia social como se conhece atualmente. Este processo da psicologia social e comunitária surge a partir de Willian Wundt, com a construção da Psicologia Experimental, após este surge a metafísica científica, por último a construção de uma Psicologia Social. Apesar da psicologia social ter sido criada na Europa, ela ganha forças nos Estado



Unidos, pois por volta da década de 1930, quando pesquisadores, cientistas e psicólogos da Europa, vão para os Estados Unidos da América (EUA), fazendo-se assim, com que a psicologia social fosse lá desenvolvida.

Os primeiros exemplos de psicologia comunitária, primeiro foi realizado em Viena, que fundou técnicas psicodramáticas. Após isto foram criados centros de higiene social por Reich, logo após o mesmo também criou os Alcoólicos Anônimos (AA), que nos dias atuais ainda é um grande sucesso. Na América Latina, se originou nos sindicatos urbanos e dos camponeses, que estavam ligados à saúde mental, iniciando-se primeiro na área clínica, para depois abranger o campo nos outros setores (Silva; Corgozinho, 2011).

O psicólogo alemão Kurt Lewin, conhecido como o “pai da psicologia social”, a partir de suas pesquisas, dividiu o processo terapêutico, em três processos: o primeiro seria o “degelo”, no qual, o paciente rompe com seus valores e padrões de comportamento já estabelecidos, em seguida, viria a fase de “movimento”, responsável pela mudança de atitudes e valores, por fim, ocorreria o “congelamento”, onde o indivíduo estabelece para si, novos valores e comportamentos (Lewin, *apud*. Pasqualini, 2021).

Segundo Lauriano (2011), a psicologia comunitária ou social surge no Brasil, após a ditadura militar, período de regime político, marcado pela restrição à liberdade, censura, e violência/repressão dos militares aos direitos da população em geral, em razão disso, a sociedade brasileira se vê fragilizada, tendo seus direitos básicos desrespeitados, além da exclusão daqueles que estavam a margem social. Novamente às ciências sociais e humanas, entram de forma voluntária, com o propósito de acolher e amenizar as dores das famílias vulneráveis e desfavorecidas, essas atividades eram desenvolvidas muitas vezes nas universidades.

Apesar dos trabalhos desenvolvidos pela comunidade, foi apenas no ano de 1964 que a psicologia se tornou reconhecida como uma ciência humana, quando a Associação Brasileira de Psicologia - ABRASPO, (2016), trouxe consigo um ideal de uma psicologia crítica e comunitária, focada no sujeito, sem esquecer de analisar o contexto em que o indivíduo está inserido ou suas relações interpessoais. A partir disto, a Psicologia Social Comunitária surge como uma nova área de atuação do psicólogo, focada em ações para prevenção de riscos, promoção a saúde, proteção e reabilitação, vendo a comunidade como um instrumento social que pode vir a ser transformado, tal qual o sujeito que nela habita.



Com o fim da ditadura militar e a prática de assistencialismo para auxiliar aqueles que precisavam de apoio do psicólogo, a atuação do psicólogo passa a conquistar avanços, como a remuneração do trabalho da psicologia comunitária. Fazendo assim, de acordo com Lauriano (2011), que o psicólogo pudesse exercer sua profissão em órgãos que estão diretamente ligados a famílias, adolescentes e crianças, focado no bem-estar social.

O CRAS, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, 2010 *apud* Lauriano, 2011, é uma unidade pública criada e construída em comunidades que apresentem dificuldades financeiras, tendo como foco principal a assistência social. Ademais, deve ser formado por uma equipe interdisciplinar, que tem como função identificar as necessidades populacionais, assim, deve acolher às famílias em vulnerabilidade, incluindo-as nas atividades realizadas e quando necessário realizar a orientação e o encaminhamento destas pessoas aos órgãos responsáveis em lidar com tais fragilidades encontradas. Trata-se de uma política pública, que aumenta e promove ações sociais no país, como vínculos familiares e da comunidade (Lauriano, 2011).

Quando se fala da prática assistencialista no Brasil, é impossível não relembrar o papel dos Jesuítas que vieram para o país no período colonial, já que esse foi o primeiro relato da caridade e do cuidado a pessoas em vulnerabilidade, segundo Lauriano, 2011, a igreja, trouxe a ideia de filantropia, na qual a caridade é relacionada a extrema bondade, fazendo com que as pessoas acabem não diferenciando o auxílio de seus direitos. Essa conduta de auxílio perdurou por séculos até a expulsão dos jesuítas, entretanto, esse modelo de atuação não se encerrou e prejudica as conquistas de políticas públicas, além da prática de muitos profissionais até os dias de hoje.

Por isso, a implementação de políticas públicas da atuação do psicólogo na assistência social do Brasil, na constituição de 1988, foi um grande avanço, mesmo que ainda se tenha diversas críticas que visem uma melhora na visão da atuação do profissional da psicologia. (Yamamoto; Oliveira, 2010). Para Solo, et al. (2022) psicologia é uma profissão, que está inserida nos mais diversos campos de pesquisa e conhecimento, como, por exemplo, o campo escolar, o social, o hospitalar, o clínico, dentre outros. Porém, o campo em questão a ser debatido, é área da Assistência Social, na qual, a psicologia foi inserida entre os anos de 2004 e 2005, quando a Política Nacional de Assistência Social - PNAS foram implantadas e o Sistema Único de Saúde de Assistência Social - SUAS, foi fundado. A partir disto, começaram a ser discutidas a necessidade e as formas de atuação do psicólogo dentro desta área.



De acordo com o CREPOP (2008), tanto o planejamento como a execução dos serviços de assistência social é constituído pela responsabilidade de uma equipe multiprofissional. A quantidade e os tipos de profissões dentro de um CRAS, deve variar pelo tamanho da cidade que está localizado. De acordo com a resolução CNAS n° 17, de 20 de junho de 2011, o CRAS seria composto por assistentes sociais e psicólogos, porém a depender da gestão do município e do Distrito Federal, podem ocorrer a contratação de outros profissionais das mais diversas áreas, como, fonoaudiólogos, pedagogos, fisioterapeutas, educadores físicos, enfermeiro e etc.

Por se tratar de um órgão público, existem no CRAS protocolos a serem seguidos pelos profissionais que lá atendem. O primeiro protocolo seria o atendimento pelo recepcionista, responsável pela coleta de informações dos dados pessoais da pessoa a ser atendida, além da marcação do dia de horário que ocorrerá a acolhida pelo psicólogo, no qual, ocorrerá a triagem, o primeiro momento de entrevista psicológica ao usuário (a) ou da família com o profissional, esse atendimento individual, garante o entendimento da demanda, além da garantia de seu direito de entrar nas redes de serviço socioassistenciais e se necessário encaminhamento para outras políticas públicas e os serviços que compõe a rede assistencial. (CREPOP, 2008).

A escuta qualificada busca apreender as dimensões envolvidas nesse processo, tanto materiais, culturais como psicológicas e relacionais, para definir, de acordo com as necessidades, demandas e participação ativa das(os) usuárias(os), uma abordagem para a questão apresentada. Deve ser pautada nos princípios do diálogo, da participação e da autonomia das famílias. As posturas assistencialistas e tutelares que culpabilizam e intimidam as famílias devem ser totalmente afastadas. Deve-se procurar compreender as relações entre as vulnerabilidades e as condições de vida, respeitando a capacidade dos sujeitos de se perceberem, refletirem sobre suas questões e tomarem decisões para o seu enfrentamento (BRASIL, MDS, 2012, *apud*. CREPOP 2008, p. 106).

A atuação do psicólogo no CRAS na atualidade, é marcada por desafios urgentes e de lenta resolução, por se tratar de um órgão público que dispõe de funcionalidades diversas para um público amplo, é comum se deparar com um cenário de profissionais sobrecarregado, assim, como locais com deficiências de infraestrutura física e tecnológica. Ademais, o número reduzido de profissionais adequados para o atendimento das altas demandas que esses lugares recebem, conseqüentemente, prejudicam a qualidade da atuação dos profissionais que lá atuam.

Apesar dos diversos materiais de referência da atuação do psicólogo no CRAS, como o CREPOP (2021), que diz que a atuação do psicólogo deve acontecer de maneira a acolher as pessoas em vulnerabilidade social e valorizar as dinâmicas em grupos, priorizando o desenvolvimento da



autonomia e bem-estar da população, muitos profissionais ainda parecem perdidos e desorientados quando questionados sobre a eficácia do modelo de atendimento. Como é o caso dos autores Solon et al. (2022), nas quais, acreditam que o CRAS, não possui uma atuação psicológica bem definida, e em uma tentativa de abandonar a psicologia clínica tradicional, acaba gerando nos profissionais uma crise de identidade profissional.

É de suma importância ressaltar que a prática do profissional da psicologia dentro da Assistência Social não possui uma vertente única que atenda todas as demandas do serviço, na verdade, o psicólogo liga-se a um processo que segundo Silva e Corgozinho (2011), está voltado para criação de métodos que ajudem os sujeitos a realizarem suas capacidades, como a de autonomia, sendo assim, um trabalho conjunto entre psicólogo e os usuários, relacionado as demandas da comunidade.

O CRAS tem como uma das suas principais funcionalidades à compreensão, conscientização e prevenção das situações de riscos iminentes dentro da comunidade atuante, em que o psicólogo social-comunitário deve trabalhar de maneira assertiva acerca da melhora da qualidade de vida das famílias que se encontram em risco social. Portanto, quando o psicólogo intervém em determinado grupo familiar, ele terá que levar a individualidade do ambiente que ele está analisando, intervindo em questões de psicossociais que influenciam e dão características aos grupos (Silva; Corgozinho, 2011).

De acordo com Pereira e Guareschi (2016), o psicólogo no CRAS ainda não possui um lugar próprio ou regras de atuações bem definidas que tragam resultados por si só, mas sim, segue uma conduta influenciada por outros profissionais, se tornando assistencialista. Já outros psicólogos acreditam que essa é uma questão sócio-histórica, pois quando ainda não existia uma política de regulamentação profissional, o objetivo era acolher a população através do olhar da caridade dos mais ricos para os mais pobres.

Ao chegar à conclusão de que para desmistificar esta herança deixada, os profissionais devem lutar em busca da implantação de uma política que realmente garanta os seus direitos. Já outros profissionais da saúde mental, veem de forma diferente bem mais individual, como a culpa ser do profissional, sem levar em consideração o contexto social-histórico, que foram criados os serviços sociais e a implantação do psicólogo. Se seguir por essa lógica citada anteriormente, o trabalho não seria comunitário, mas sim, focando somente em uma única demanda, como, por exemplo, o acolhimento de abuso sexual, porém, o CRAS possui uma atuação mais abrangente.



Por fim, faz-se necessário destacar a relação do psicólogo-usuários, que segundo Pereira e Guareschi (2016), nada mais é do que uma falha na formação acadêmica, que por diversas vezes atrapalha o objetivo do psicólogo social dentro dos serviços de Assistência Social. Por isso, é necessária a saída da perspectiva de caridade e assistencialismo, dando lugar uma prática de atendimento mais individualizada e moldada para a garantia de direitos do paciente e seu desenvolvimento pessoal, permitindo ao paciente o protagonismo de sua história e a conscientização da necessidade da qualidade de vida e promoção do bem-estar pessoal, finalizando, enquanto houver a prática assistencialista os usuários continuaram refém de suas próprias vulnerabilidade e o psicólogo enquanto profissional apenas contribuirá para a vulnerabilidade social que é por seu dever combater.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discorre sobre as maneiras de atuação do Psicólogo nos Centros de Referências de Assistência Social - CRAS, no qual, mostrou tamanha problemática, advinda da falta de um modelo de atuação consistente e seguro, que atenda às necessidades dos profissionais e da população que utiliza do acolhimento nas unidades de assistência. Pois, quando a psicologia foi implementada como profissão no Brasil, ficou resguardada numa visão de assistencialismo, contudo, os anos passaram, e nos dias de hoje, entende-se que a sua atuação deve estar focada no acolhimento das comunidades em fragilidade social, no desenvolvimento da autonomia das famílias e no auxílio da garantia dos direitos da população.

Mostrar como o CRAS realmente funciona e qual o seu intuito, como um local que é voltado para políticas públicas, principalmente para aquelas de famílias e sujeitos vulneráveis, que precisam de um serviço social de acolhimento. O psicólogo no seu papel dentro do CRAS junto com sua equipe multiprofissional, ajuda a melhorar a saúde e o bem-estar-social da comunidade, além de entender e ter um olhar crítico para determinada demanda e sociedade que está tendo contato, acolhendo e ajudando a promover autonomia dos indivíduos que utilizam dos seus serviços.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Associação Brasileira de Psicologia Social, 2016. Disponível em: <https://site.abrapso.org.br/mobilizacao-abrapso-carta-do-xiii-encontro-de-psicologia-social-comunitaria/>. Acesso em: 16/11/2023.



Conselho Federal De Psicologia. Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no CRAS/SUAS. 3 ed. Brasília: DF, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia de Trabalho Científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LAURIANO, C. V.; SILVA, M. C. O.; PESSINI, M. A. Os desafios e as perspectivas da inversão do psicólogo no centro de referência de assistência social (CRAS). **Akrópolis: Umuarama**, 2011.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, F. R.; FILHO, A. E. A “Dinâmica de Grupo” de Kurt Lewin: proposições, contexto e crítica. **Estudos de Psicologia**, 2021.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. O CRAS em relação: profissionais e usuários (as) em movimento. **Fractal: Revista de Psicologia**, 2016.

SILVA, J. V. & COGORZINHO, J. P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, 2011.

SOLON, A. F. et al. Dilemas e Peculiaridades da Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. Londrina, 2022.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Instituto de Psicologia**. Natal, 2010.